

## OS PROCESSOS INCLUSIVOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Larissa Littig Francisco<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
larissalittig15@hotmail.com

Caroline de Andrade Souza<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
caroline.andrade.s@hotmail.com

Do Direito à Educação: políticas de acesso, permanência e qualidade social.  
Comunicação Oral

**Resumo:** Este artigo é o desdobramento de uma pesquisa<sup>3</sup> do projeto de Iniciação Científica realizada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com objetivo geral de analisar como a UFES tem se organizado para a garantia do acesso e da permanência do sujeito público-alvo da Educação Especial no ensino superior. Especificamente procurou: investigar as diretrizes e/ou resoluções que expressam política de acesso e permanência, e identificar ações dos setores da UFES que contribuam para o processo de inclusão desses sujeitos na universidade. Esse é um tema que tem sido discutido recentemente e tem sua importância pelo avanço na inserção dos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento (TGD) no ensino superior. A metodologia utilizada assumiu uma perspectiva de pesquisa do tipo etnográfico, utilizando de observação participante, produção dos dados e entrevistas semiestruturadas. Tenho como campo empírico a UFES e os sujeitos que são profissionais que atuam em diferentes setores administrativos da universidade. Para a realização dessa pesquisa e para nos ajudar a compreender os dados produzidos, contamos com o referencial teórico e sociólogo Norbert Elias (1994), discutindo sobre os conceitos de sociedade, indivíduos e processos sociais. Com a realização desta pesquisa foi possível afirmar que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) está num processo de aprendizagem e desenvolvimento, com a finalidade de alcançar a garantia da inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial no ensino superior. Algumas ações positivas estão sendo realizadas, mas ainda falta muita coisa para efetivar o acesso e a permanência desse público de alunos.

**Palavras chave:** Educação Especial. Ensino Superior. Acesso e Permanência.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia do Centro de Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

<sup>3</sup> Este artigo é um desdobramento do projeto de pesquisa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) orientado pelo Prof. Dr. Edson Pantaleão Alves.

## **Introdução**

São evidentes os avanços na área da educação especial e na educação por uma perspectiva inclusiva, cada vez mais se pauta as discussões no que diz respeito ao processo de inserção dos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento (TGD) no ensino fundamental, ensino médio e também, no ensino superior.

Observando os dados de matrícula no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), podemos destacar que os estudantes com deficiência e TGD estão ingressando no ensino superior. É importante destacar ainda, segundo Speller (2010), que essas e outras mudanças ocorridas em território brasileiro, no curso das últimas décadas, estão vinculadas a um conjunto de outras transformações sociais, políticas e econômicas de ordem internacional.

Assim, algumas proposições políticas têm contribuído com esse processo, como por exemplo, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir). O Programa Incluir sugere ações que garantem o acesso de pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino superior. Segundo o documento orientador do Programa Incluir (BRASIL, 2013), entre 2005 e 2011, o Programa firmou-se através de chamadas públicas, que significou o início de elaborações de estratégias para identificação das barreiras ao acesso do estudante com deficiência à educação superior.

Podemos destacar o crescimento significativo de acesso das pessoas com deficiência no ensino superior a partir do documento orientador do Programa Incluir (BRASIL, 2013), que nos apresenta indicadores do censo do ensino superior. Assim, pode-se observar o crescimento decorrente das ações para a inclusão. O referido documento orientador aponta dados do Censo escolar – MEC/INEP, destacando que no ensino superior, em 2003, as matrículas de alunos com deficiência eram de 5.078, subindo para 23.250 em 2011, indicando, assim, um crescimento de 358% de matrículas desse público nas universidades públicas e privadas do país.

Considerando essa conjuntura, parte-se do pressuposto que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) tem se organizado para contribuir e garantir o que determina as políticas para a inclusão do público-alvo da Educação Especial no ensino superior. Sendo assim, pretendemos compreender como a UFES, por meio dos seus setores administrativos, tem se organizado nessa direção.

Uma forma que me ajudou na realização deste estudo é a minha participação nos encontros mensais do grupo de pesquisa “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: Contextos e Processos Sociais”<sup>4</sup> coordenados pelos professores doutores: Edson Pantaleão Alves e Reginaldo Célio Sobrinho. Assim como, acreditamos que os resultados deste trabalho contribuem com o Projeto de Pesquisa intitulado “Estudo Comparado Internacional em Educação Especial: o Ensino Superior em foco”.

Portanto, temos o objetivo de analisar como a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) tem se organizado para contribuir e garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência e TGD no cotidiano universitário.

Para isso, conto com dois objetivos específicos, que são eles:

- Identificar Diretrizes e/ou Resoluções que expressam a política de acesso e de permanência de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento (TGD) na Universidade;
- Investigar ações dos setores da UFES que contribuam para o processo de acesso e permanência dos estudantes com deficiência e TGD no ensino superior.

### **Refletindo e dialogando com o sociólogo Norbert Elias**

[...] Há uma clara ligação entre os abismos que se abrem entre indivíduo e sociedade, ora aqui, ora ali, em nossas estruturas de pensamento, e as contradições entre exigências sociais e necessidades individuais que são um traço permanente de nossa vida. [...] (ELIAS, 1994, p. 17).

---

<sup>4</sup> Grupo de Pesquisa da linha de pesquisa “Educação Especial e Processos Inclusivos” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Para a sustentação teórica deste trabalho buscamos inspiração na obra a *Sociedade dos Indivíduos* do sociólogo alemão Norbert Elias. Os conceitos de indivíduo, sociedade e processos sociais, desenvolvidos por Elias, contribuíram na análise dos dados produzidos a partir desta pesquisa.

Neste artigo temos a intenção de considerar a universidade o espaço que congrega grupo de indivíduos que integram uma sociedade. Em suas análises, Elias considera que “a sociedade, como sabemos, somos todos nós; é um grande número de pessoas reunidas [...]” (ELIAS, 1994, p.63). Portanto, compartilhamos desse mesmo entendimento compreendendo que a universidade é constituída por toda a comunidade acadêmica, e que sua existência se faz necessária pelo “grande número de pessoas reunidas” que pensam e fazem com que a universidade seja para todos, portanto, inclusiva.

Sabemos que realizar uma pesquisa científica em um determinado campo empírico, e com determinados sujeitos a serem investigados, é considerado como um desafio. Que no caso deste estudo, propomo-nos a analisar uma organização específica da Universidade Federal do Espírito Santo em relação aos processos inclusivos de alunos público-alvo da Educação Especial.

E é importante demarcar que existem muitas outras formas de ações em relação aos processos inclusivos desses sujeitos, possibilitando possivelmente o acesso e a permanência dos mesmos nas universidades federais brasileiras.

Norbert Elias nos ajuda a compreender essa diversidade de relações, porque acredita que não existe um modelo único, pronto e acabado de sociedade, ainda ressalta em sua obra que

[...] um bom número de pessoas reunidas na Índia e na China forma um tipo de sociedade diferente da encontrada na América ou na Grã-Bretanha; a sociedade composta por muitos indivíduos na Europa do século XII era diferente da encontrada nos séculos XVI ou XX. E embora todas essas sociedades certamente tenham consistido e consistem em nada além de muitos indivíduos, é claro que a mudança de uma forma de convívio para outra não foi planejada por nenhum deles. [...] (ELIAS, 1994, p. 63)

O autor ressalta que os modos de convívios são diferentes a depender da sociedade, e com isso, podemos relacionar com o nosso campo de estudo,

problematizando que existe diversidade nas formas de garantir os processos inclusivos entre as múltiplas universidades brasileiras. Ou seja, se neste estudo estamos considerando o entendimento de sociedade como também um espaço de vivências na universidade, consideramos que não existe um modelo único, pronto e acabado de universidade, que nem tão pouco foi planejada por todos os indivíduos que a integra.

Através disso, também podemos observar que além dos modelos diferentes de sociedade, a temporalidade histórica influencia de maneira não planejada na organização da sociedade, assim como o passar do tempo influenciou de modo não intencional para a constituição atual da UFES.

Na antiguidade, os sujeitos considerados como “deficientes” eram descartados daquela sociedade, como salienta Miranda (2008, p. 30) “[...] os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas. [...]”. Posso observar que nessa época era indiscutível o tema sobre a educação desses sujeitos, até porque o próprio direito de exercer sua cidadania era negado a eles, não tinham as mesmas oportunidades que os outros sujeitos ditos como “normais” tinham.

E atualmente, podemos dizer que o olhar para esse sujeito mudou, assim como as formas de suas vivências em sociedade. No Brasil, a partir do ano de 1988 a Constituição Federal trata, no art. 5, que

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988).

É um olhar voltado para os direitos que todos possuem, mas que como podemos observar pela atual conjuntura Brasileira são os direitos que por muitas vezes não são garantidos a todos os sujeitos, Elias (1994) considera que “[...] A única coisa que mudou e se deslocou numa direção específica foi a forma da vida comunitária, a estrutura da sociedade ocidental, e com ela, a influência social sobre o indivíduo e sobre a forma de suas funções psíquicas. (ELIAS, 1994, p. 45).

## **Caminho metodológico**

Para a realização deste estudo optamos pela perspectiva de pesquisa do tipo etnográfico, observando a situação real na universidade podemos “[...] aprender suas características, valores, hábitos, direcionando o seu interesse, principalmente para verificar como se dá o processo de ensino/aprendizagem e compartilhamento/transmissão de conhecimento” (MICHEL, 2015, p.76).

Para Michel (2015, p.75), o método etnográfico “[...] trata-se da observação participante, sistemática de um determinado grupo social, [...], com o propósito de conhecer e levantar seu sistema de significados, valores, formas de aprendizado e convivência”. Para o atendimento desse propósito, serão sujeitos desta pesquisa: coordenadores de cursos, e demais profissionais que atuam em diferentes setores administrativos da Universidade Federal do Espírito Santo.

Temos como foco de estudo os setores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sendo: o colegiado do curso de pedagogia, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), o Núcleo de Acessibilidade da UFES (NAUFES), a Biblioteca Central, e a Prefeitura Universitária.

A partir desses procedimentos e com a coleta e produção de dados, procuramos organizá-los e sistematizá-los fazendo a triangulação dos mesmos.

## **Possibilidades de processos inclusivos na Ufes**

Partindo do objetivo geral desse estudo, realizamos uma busca das leis, diretrizes e/ou resoluções que expressam a política de acesso e de permanência de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento (TGD) no ensino superior.

A Constituição Federal de 1988 é uma delas, e tem como seu pressuposto geral uma educação que seja vista como um direito fundamental para o exercício da cidadania de todos os cidadãos brasileiros. De acordo com artigo 206 em seu

inciso I determina que os sistemas de ensino garantam os princípios de igualdade, acesso e permanência de todos os alunos na escola.

Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) propõem ações que podem ser desenvolvidas com os sujeitos público-alvo da educação especial no ensino superior

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL, 2008, p. 17)

Ações essas que colaboram para uma educação no ensino superior que tenha em seus princípios de trabalho a educação especial na perspectiva inclusiva. É uma preocupação voltada para além da matrícula desses sujeitos público-alvo da educação especial, mas assim, com toda uma organização interna e externa para o acesso a permanência desses mesmos sujeitos no ensino superior.

O Programa Incluir criado em 2005, prevê em seu documento orientador, ações que permitem a acessibilidade dos sujeitos público-alvo da Educação Especial no ensino superior, permitindo uma possível inclusão desses estudantes neste nível de ensino.

E para possibilitar a expansão das universidades federais, foi criado em 2007, através do decreto nº 6.096, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Logo em seu art. 1º afirma

Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (2007, p. 1)

Em relação à estrutura arquitetônica das universidades, podemos ter como apoio a nova versão da Norma Brasileira – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos (ABNT – NBR) 9050 de 2015, que é um

instrumento que visa garantir a acessibilidade de todos os sujeitos da nossa sociedade, um direito garantido para todo cidadão brasileiro.

Não podemos negar a importância que tem os documentos que garantam o direito à educação para os alunos público-alvo da Educação Especial, porque foi a partir dessas diretrizes, leis e resoluções que conquistamos espaços significativos para a educação desses sujeitos na educação básica e no ensino superior, permitindo um reconhecimento desses sujeitos por parte do Governo. Assim como contribui Oliveira (2015) “falar sobre a democratização do acesso e a inclusão na educação superior implica em estabelecer políticas que beneficiam variados atores sociais.” (p. 6).

Mas concordo que só isso não garante uma educação inclusiva para esses educandos, por isso é importante que a universidade se organize com ações políticas voltadas para esses estudantes.

Em relação às ações dos setores da UFES que contribuam para o processo de acesso e permanência dos estudantes com deficiência e TGD na universidade, iremos iniciar a discussão apresentando e analisando algumas falas dos sujeitos entrevistados.

Como temos a intencionalidade de verificar as formas de ingresso para o acesso desses sujeitos na universidade, vamos começar pela entrevista realizada com a Coordenadora do setor de matrícula da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Começamos a entrevista indagando de que maneira a UFES tem se organizado para a garantia do acesso e da permanência do sujeito público-alvo da educação especial na universidade, e a entrevistada informou que

[...] como foi o primeiro ano que a gente foi obrigada, né, pela lei, a inserir as cotas pra deficientes, e pensando nisso a gente mudou o local da matrícula, que antes era realizado no CCE, no CCE o candidato tem que subir uma escadinha pra entregar o documento lá em cima do palco, então a gente mudou, viemos fazer no cinema, que tem mais acesso de rampa também pra quem chega do estacionamento, e não tem escada lá dentro para candidato que tenha alguma deficiência física, isso aí a gente fez. [...] (COORDENADORA DA PROGRAD).

Através dessa fala, podemos desencadear dois questionamentos, um que é a alteração da Lei Nº 12.711/2012, com o Decreto Nº 9.034/2017, que regulamenta



que parte das vagas dos cursos de graduação por turnos, das universidades públicas federais, deve ser destinada também para pessoas com deficiência. E a outra foi à mudança do local para a realização da matrícula dos calouros, que por sinal, consideramos uma mudança positiva, sendo que nesse novo lugar escolhido, o Cineclube Metrópolis da UFES, as limitações, para esses sujeitos entrarem e utilizarem do espaço, são menores.

A partir do ano de 2018, como a própria entrevistada diz, a Universidade Federal do Espírito Santo se adequou a Lei Nº 12.711/2012, destinando parte das vagas dos cursos por turnos para pessoas com deficiência, e como a entrada desses sujeitos aumentou no ano de 2018, eles viram a necessidade de realizar uma organização depois da matrícula realizada, portanto eles fizeram

[...] um rastreamento de quem era os candidatos, qual era o tipo de deficiência, e em que curso eles estavam entrando, pra que? Pra avisar o coordenador do curso que vai entrar aí agora um aluno no segundo semestre, no primeiro semestre, nome tal, com deficiência visual, ou com deficiência de locomoção, ou com deficiência auditiva, e aí pra eles se prepararem, e a gente não tem como interferir no trabalho deles, mas a gente fez a nossa parte de avisar que vai entrar uma pessoa com algum tipo de deficiência. (COORDENADORA DA PROGRAD).

Nessa fala, observamos de maneira clara, uma preocupação da Pró-Reitoria de Graduação em avisar aos colegiados e aos centros que no primeiro ou segundo semestre iria entrar um estudante que obtinha alguma deficiência.

É importante destacar, que apesar de ter existido esse diálogo entre a PROGRAD e os centros de ensino, observamos que durante a entrevista realizada, existe um distanciamento muito grande entre essa Pró-Reitoria com os centros de ensino. E isso pode ser explicado por Elias

“[...] A dificuldade parece estar em que, nas ordens sociais que se nos apresentam uma das duas coisas sempre leva a pior. Entre as necessidades e inclinações pessoais e as exigências da vida social para haver sempre, nas sociedades que nos são familiares, um conflito considerável, um abismo quase intransponível para a maioria das pessoas implicadas.” (ELIAS, 1994, p. 17).

Dando continuidade nas entrevistas, na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) quando indagamos acerca das ações realizadas por eles para possibilitar o acesso e a permanência dos sujeitos público-alvo da educação especial na

universidade, observamos um diálogo existente entre eles com os centros de ensino a partir da seguinte fala:

[...] a gente tenta estimular os projetos e programas de extensão que são voltados pra essa área, então a gente tenta trabalhar com os diferentes centros de ensino, tentando sensibilizar os professores, os técnicos-administrativos, os estudantes, para participarem com esses projetos que trabalhem com inclusão. (PRÓ-REITORA DA PROEX).

Tanto a universidade, como assim, a PROEX, tem estado num momento de aprendizado de como fazer a inclusão, ainda tem muita coisa a ser feita, já tem sido tomadas iniciativas nesse sentido, principalmente porque é uma Política Nacional de Educação, mas como órgão público, a universidade depende de recursos do MEC, que não tem recurso, então assim, todas as ações têm sido realizadas com pouco recurso, e com muita criatividade, mas ainda tem muita coisa a ser feita e é um processo assim, eu acredito que seja um processo dinâmico. [...](PRÓ-REITORA DA PROEX).

E realmente, também acredito que a universidade está num processo de aprendizado, mas também de avaliação das ações desenvolvidas.

Já a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI), conta com o Núcleo de Acessibilidade (NAUFES), que é o núcleo que abordaremos aqui, na qual realizamos a entrevista com o coordenador, questionei a respeito de como o núcleo tem se organizado para o atendimento dos sujeitos público-alvo da educação especial na universidade, e ele informou que é um atendimento

[...] bastante diverso de acordo com o campus, e é diverso não pra bom, é pra ruim. São Mateus não tem atendimento, aqui a gente tem a política mais voltada para o surdo, tem doze intérpretes de libras, três professores de libras, sete professores de tradução e interpretação em libras, as outras deficiências é trabalhado por meio de bolsistas, e no Campus de Goiabeiras é meio que um pra um assim, um bolsista, um aluno, aliás, um aluno, um bolsista, e no campus de Alegre é o que tem o melhor trabalho, atendimento, e trabalho pedagógico, porque tem lá os bolsistas, mas tem uma orientação pedagógica por trás disso, tem uma organização desse espaço, uma maximização do atendimento, e o aluno faz vários tipos de trabalho, não só atender o aluno de ficar igual babá na sala de aula. (COORDENADOR DO NAUFES).

Como observamos através da entrevista, o Campus de São Mateus não recebe atendimento, o Campus de Goiabeiras e Maruípe, ele que destacou que é um atendimento mais voltado para o aluno surdo, tendo doze intérpretes de libras, mas que as outras deficiências são assistidas através de bolsistas, um ponto curioso e positivo foi que no Campus de Alegre existe um trabalho diferenciado com teor pedagógico, ou seja, os bolsistas tem uma orientação pedagógica,

sendo considerado por ele, o Campus de melhor atendimento a esses estudantes.

Na entrevista, ele também destacou a questão da acessibilidade arquitetônica da UFES está muito inviável e considerou a acessibilidade também como um desafio a ser superado. Complementou então que

[...] pra mim hoje, a universidade tinha que ter a acessibilidade se não for primeiro, entre os três primeiros de prioridades [...].  
(COORDENADOR DO NAUFES).

E quando indaguei os demais entrevistados sobre a questão da acessibilidade todos consideraram a acessibilidade arquitetônica da UFES muito precária, não atendendo ao que preveem as leis de acessibilidade, sendo que em algumas entrevistas foi levantada a importância do papel da Prefeitura Universitária (PU) para a adequação de alguns prédios.

Na entrevista realizada com a gerente do setor de Planejamento Físico da Prefeitura Universitária (PU), ao ser questionada sobre como a universidade tem se organizado para o acesso e a permanência do sujeito com deficiência na universidade, ela informou que a universidade se organiza de maneira a identificar na matrícula esse aluno e sua deficiência e também mostrou ter ciência sobre o Núcleo de Acessibilidade da UFES que atende através dos bolsistas à esses estudantes, mas também destacou que

[...] em relação à parte física a gente tem normas e leis que obrigam as edificações públicas a serem acessíveis, essas normas são relativamente novas, em relação à idade da nossa universidade, então a gente tem muitos prédios que já existiam antes das normas, então a gente tem muita necessidade de adequação, né, às normas vigentes de acessibilidade, mas no mais, as edificações novas a gente tenta quando possível já pensa-las acessíveis e trabalha sempre também no caso de reforma de uma edificação a implementação da acessibilidade dela. (GERENTE DA PU).

Observamos que muitos prédios antigos da UFES não tem a acessibilidade que é preciso como citam as normas e as leis, mas que a Prefeitura Universitária está trabalhando para a adequação desses prédios, e que as edificações que estão sendo construídas recentemente estão sendo realizadas de maneira acessíveis.

Na entrevista com o diretor da Biblioteca Central da UFES (local mais frequentado por estudantes), localizada no Campus de Goiabeiras/Vitória, vimos que um dos maiores desafios a serem superados na Biblioteca Central (BC) é a adaptação dos espaços arquitetônicos para que todos os alunos possam utilizar esse espaço de maneira acessível. Ao ser indagado da maneira como a universidade e a biblioteca estão se organizando para o acesso e a permanência do sujeito público-alvo da educação especial na universidade, ele informa que

[...] na Biblioteca Central a gente vem trabalhando nessa temática afim de que, vendo a necessidade dos alunos, das pessoas que transitam esse espaço, adequar o ambiente da melhor forma possível, através de demandas de alteração arquitetônica, de acesso aos vários setores de trabalho da universidade. Com isso, a gente está com algumas ações propositivas, de intensificar realmente essas ações em permitir que os alunos tenham o melhor trânsito, que o fluxo de passagem dentro dos ambientes seja o mais livre possível. (DIRETOR DA BC/UFES)

Através desses estudos e diálogos com outros autores, posso afirmar que para ser possível uma educação inclusiva no ensino superior nas universidades públicas brasileiras é necessário um olhar mais atento por parte do Governo Federal preocupado com políticas públicas que discutam os direitos dos estudantes público-alvo da educação especial de terem acesso a essa educação, mas que também tenho como permanecer nesses ambientes educacionais. Por isso, também é importante que as universidades tenham uma arquitetura que permita que todos os estudantes explorem os espaços, é necessário ações institucionais internas para o atendimento desses sujeitos.

### **Considerações finais**

Com a realização desta pesquisa é possível afirmar que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) está num processo com a finalidade de alcançar a garantia da inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial no ensino superior, e está num processo de aprendizado, como foi identificado em uma das entrevistas, esperamos que o acesso e a permanência desses estudantes sejam garantidos com sucesso. No decorrer da pesquisa identifiquei muitos desafios para que isso seja alcançado, como: falta de recurso, falta de um

acompanhamento pedagógico, limitações na acessibilidade arquitetônica e falta de políticas na universidade.

Acredito que o nosso estudo possa colaborar de maneira significativa para esse processo que a universidade está vivendo, pois evidencia alguns problemas que precisam ser resolvidos e também mostra alguns pontos positivos que possa servir como exemplos.

## Referências

BRASIL. Emenda Constitucional, de 05 de out. de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-publicacaooriginal-137498-pl.html>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2015. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior – SECADI/SESu 2013**.

BRASIL. Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e de nível médio**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9034-20-abril-2017-784631-publicacaooriginal-152394-pe.html>. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abr. 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília: Executivo, p. 7, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 30 nov. 2017.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. – 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 2015. OLIVEIRA, J. F et al. Democratização do Acesso e Inclusão na Educação Superior no Brasil.

2015. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/266332907\\_DEMOCRATIZACAO\\_DO\\_ACESSO\\_E\\_INCLUSAO\\_NA\\_EDUCACAO\\_SUPERIOR\\_NO\\_BRASIL](https://www.researchgate.net/publication/266332907_DEMOCRATIZACAO_DO_ACESSO_E_INCLUSAO_NA_EDUCACAO_SUPERIOR_NO_BRASIL) .

Acesso em: 30 nov. 2017.

MIRANDA, A. A. B. Educação Especial no Brasil: Desenvolvimento Histórico. **Cadernos de História da Educação** – n. 7 – jan./dez. Uberlândia, 2008.

OLIVEIRA, J. F et al. **Democratização do Acesso e Inclusão na Educação Superior no Brasil**. 2015. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/266332907\\_DEMOCRATIZACAO\\_D\\_O\\_ACESSO\\_E\\_INCLUSAO\\_NA\\_EDUCACAO\\_SUPERIOR\\_NO\\_BRASIL](https://www.researchgate.net/publication/266332907_DEMOCRATIZACAO_D_O_ACESSO_E_INCLUSAO_NA_EDUCACAO_SUPERIOR_NO_BRASIL)> .

Acesso em: 30 nov. 2017.

SPELLER, P.. **Marcos da educação superior no cenário mundial e suas implicações para o Brasil**. In: OLIVEIRA, J. F. de; CATANI, A. M. ; SILVA JUNIOR, J. dos R. [et al.] (org.). Educação Superior no Brasil: tempos de internacionalização. São Paulo: Xamã, 2010.